



**CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Conselho Mun. de Assistência Social- Lei Municipal nº 159 de 13/09/1995
Santa Luzia d'oeste - RO

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 03/CMAS/2025

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA LUZIA D'OESTE-RO, NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2025, COM INÍCIO AS 17:00H00MIN, O PRESIDENTE DO CMAS SENHOR RONI EVANGELISTA DA SILVA INICIOU DANDO BOAS VINDAS AOS MEMBROS E AGRADECEU A PRESENÇA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL SENHORA ELVINA ANTUNES DE OLIVEIRA ARAUJO, EM SEGUIDA SECRETÁRIO EXECUTIVO SENHOR MÁRCIO COLOCOU PAUTA DA REUNIÃO, APROVAÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL 202543600003 DO DEPUTADO FEDERAL SENHOR DR. FERNANDO MÁXIMO, REPASSE FUNDO A FUNDO, ESPELHO DA PROGRAMAÇÃO Nº 110029620250001, FUNÇÃO PROGRAMÁTICA 082455131219G0011, NO VALOR: 50.000,00 ANO 2025, RECURSO TRANSFERIDO ATRAVES ESTRUTURA SUAS, CUSTEIO GND3. ENTIDADE BENEFICIADA ASSOCIAÇÃO-APAE DE SANTA LUZIA DO OESTE -- RO INSCRITA CNPJ 05.729.527/0001-75, GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (GND 3) (CUSTEIO) DESTINADO A DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA, TAIS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ALIMENTAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS), REGIDO PELA PORTARIA MDS Nº 1.044, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2024 -- NOVAS DIRETRIZES PARA TRANSFERÊNCIAS NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO E EXECUÇÃO DE RECURSOS NO SUAS. PRESIDENTE CMAS PEDIU PARA A SECRETÁRIA DA SEMTAS PARA EXPLICAR SOBRE O RECURSO, A MESMA DESTACOU QUE RECURSO APÓS LIBERADO PARECER DO CMAS, SERÁ TRANSFERIDO PRAZO ATÉ 180 (CENTO OITENTA) DIAS. A ENTIDADE FICARÁ RESPONSÁVEL ENCAMINHAR PLANO DE TRABALHO. A PREFEITURA ELABORAR TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO, FICA A ENTIDADE APAE RESPONSÁVEL NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RECURSO POR SER A EXECUTADORA DO MESMO. O PRESIDENTE COLOCOU EM VOTAÇÃO A PAUTA DA REUNIÃO ACIMA CITADA. NÃO HOUVE NENHUMA OBJEÇÃO SENDO APROVADO POR TODOS PRESENTES, EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL 202543600003, NADA MAIS A TRATAR EU MÁRCIO DE SOUZA BARROS 1º SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CMAS ENCERRO ESTA ATA QUE SEGUE ASSINADA POR MIM E DEMAIS PRESENTES.

Márcio de Souza Barros,
Roni Evangelista da Silva, Elvina Antunes de Oliveira,
Andressa do Rocio Silva, Elvina Antunes de Oliveira,
Rodrigues, Isvaldo Cardoso, Personada de Lima Queiroz,
Elvina de Souza Moura Lopes, Claudineia do Sacramento,
Frederica Brito de Almeida, Jéssica Brancini, Jéssica Brancini,
Hellenie Lygon, Denize de Oliveira Alves,

6. Dados da unidade socioassistencial beneficiária

6.1. Razão social da unidade		Tipo	CNPJ	Ente federado
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS		Privada	05.729.527/0001-75	SANTA LUZIA D'OESTE
GND 3 - Custeio	GND 4 - Investimento	Total programado para unidade		
R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00		
Endereço	RUA 7 DE SETEMBRO, nº 2710, bairro CENTRO, SANTA LUZIA D'OESTE - RO			

6.1.1. Serviços prestados pela unidade	
Serviço selecionado para unidade	Serviços ofertados
II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
Endereço do serviço	RUA 7 DE SETEMBRO, nº 2710, bairro CENTRO, SANTA LUZIA D'OESTE - RO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Secretaria Nacional de Assistência Social

Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO DE REPASSE DE RECURSOS
PÚBLICOS DO GOVERNO FEDERAL**

Pelo presente Termo de Responsabilidade e Compromisso, na qualidade de **Prefeito(a)** de Santa Luzia Doeste-RO, eu Jurandir Oliveira Araujo, portador do RG n.º 334393 SSP/RO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º 315.662.192-72, e Elvina Antunes De Oliveira Araujo, portador(a) do RG n.º 421093 SSP/RO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º 421.665.352-91, na qualidade de **Secretário(a) Municipal de Assistência Social**, declaramos que durante nossa gestão, sob as penas da lei, estar ciente do cumprimento das responsabilidades abaixo elencadas e leis vigentes que regulamentam o repasse de recursos públicos do governo federal.

**DO OBJETO E DO ACEITE DAS RESPONSABILIDADES DOS INSTRUMENTOS ORIUNDOS
DOS REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Prefeito(a) e o(a) Gestor(a) declaram estar cientes da Portaria MDS n.º 1.044, de 24 de dezembro de 2024 e suas atualizações, que venham ocorrer durante o processo, a qual dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, alocados na Ação Orçamentária "219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS" e dá outras providências.

PARÁGRAFO ÚNICO. Declaram ainda, estar ciente que os recursos que poderão ser repassados na modalidade fundo a fundo, pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, decorrente da programação n.º 110029620250001, no valor de R\$ R\$ 50.000,00.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Termo de Responsabilidade e Compromisso formaliza o aceite do ente federado aos repasses de recursos federais a serem executados nos termos do Art. 37 da Constituição Federal – CF, obedecendo aos princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA: O ente federado declara que atende aos critérios de elegibilidade para a transferência de recursos, na modalidade fundo a fundo, conforme dispõe o art. 30, da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: O ente federado declara que os instrumentos firmados em virtude dos orçamentos decorrente dos repasses de recursos estão de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

DAS RESPONSABILIDADES GERAIS

CLÁUSULA QUINTA: O ente federativo declara que os instrumentos firmados com base nos recursos provenientes dos repasses programados no Sistema EstruturaSUAS, classificados nos seus respectivos Grupos de Natureza de Despesa – GND's, serão destinados exclusivamente para o fortalecimento da gestão do SUAS e do controle social, assim como no financiamento dos serviços tipificados abaixo, conforme

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - Abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

CLÁUSULA SEXTA: Declara ainda, que em caso de unidade socioassistencial privada, sem fins lucrativos o ente seguirá as disposições dos Art. 15 da Portaria MDS nº 1.044/2024, conforme segue:

“Art. 15. As entidades e organizações de assistência social só estarão aptas a receber recursos se forem reconhecidas e referenciadas ao SUAS, comprovando cumprir os seguintes requisitos:

I - possuir o cadastro no CNEAS com o status de concluído há no mínimo 1 (um) ano, com a mesma oferta do serviço socioassistencial nacionalmente reconhecido declarada na inscrição do conselho de assistência social do Município ou do Distrito Federal;

II - possuir o cadastro do CNEAS atualizado há pelo menos 2 (dois) anos; e

III - possuir declaração do registro de inscrição no respectivo conselho de assistência social do Município ou do Distrito Federal no ano vigente, detalhando a (s) oferta (s) realizadas.

§1º Para indicação de entidades e organizações de assistência social no EstruturaSUAS não será exigida certificação ou titulação concedida pelo Poder Público, a exemplo da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS.

§2º As ofertas de que trata o inciso I do caput deverão ser prestadas no território correspondente à circunscrição do ente federado beneficiado com a programação, devendo ser apresentadas as inscrições dos respectivos conselhos de assistência social em cada local de atuação

§3º Para fins do disposto no inciso II do caput, devem estar atualizadas no CNEAS as seguintes informações da OSC:

I - informações cadastrais a respeito da entidade;

II - questões gerais sobre gestão e monitoramento das entidades de assistência social;

III - informações da oferta de serviços; e

IV - parecer do gestor local após a visita.

§4º A declaração de que trata inciso III do caput deverá ser vinculada à programação no EstruturaSUAS."

§1º Declara que no contexto da cláusula, cumprirá todos os requisitos, conforme o caso, previstos na Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2016, para celebração de parcerias (conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social para a consecução de serviços, de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

§2º Ciente de que a ação negligente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas das parcerias firmadas, da mesma forma que o uso da liberação de recursos de parceria sem a estrita observância das normas pertinentes, incorrendo em aplicação irregular dos recursos públicos, também incidem em responsabilização por ato de improbidade administrativa.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA: A prestação de contas dos recursos repassados ao ente federado decorrente da programação **110029620250001** serão realizadas conforme disciplinado na Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024 e suas atualizações.

§1º O município se compromete a lançar no sistema BB Gestão Ágil as informações de categorização e comprovação de despesa, bem como, complementar as informações no sistema AgilizaSUAS do FNAS, quanto aos gastos realizados com pessoal.

§2º A qualquer momento, o ente poderá ser notificado para apresentar informações ou documentos complementares que comprovem a correta e regular utilização dos recursos repassados, em razão da competência atribuída ao MDS para acompanhamento da execução dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA: O Prefeito e o Gestor da Assistência Social declaram, ainda, ciência de que a falsidade das declarações prestadas pode ensejar na sanção penal prevista no art. 299 do Decreto Lei nº 2848, de 1940 (Código Penal), *in verbis*:

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”

DAS RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA NONA: O Ente está ciente de que deverão executar os recursos exclusivamente na conta corrente específica da programação **110029620250001**, por meio de aplicativo disponibilizado por instituição financeira oficial federal que tenha acordo de cooperação técnica com o MDS e que viabilize a movimentação eletrônica de recursos.

- 1º Enquanto não aplicados na finalidade a que se destinam, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser mantidos em aplicação financeira, nos termos da Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024 e suas atualizações.
- 2º Que os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente utilizados na consecução da programação de que trata a cláusula.
- 3º Executarão os recursos respeitando o Grupo de Natureza de Despesa - GND da programação. E em caso de execução contrária a GND da programação, terão que devolver os recursos executados em divergência.

CLÁUSULA DÉCIMA: Estamos cientes das vedações estabelecidas na Portaria MDS nº 1.044/2024, bem como em suas atualizações::

“Art. 51. Não são permitidas transferências de conta corrente específica vinculada às programações para contas de movimentação financeira do respectivo município, estado ou do Distrito Federal, a título de ressarcimento de despesas realizadas com recursos municipais ou estaduais.

Art. 52. São vedadas a execução de despesas em:

I - obras, ampliação, construção e reforma em unidade pública;

II - qualquer tipo de obra, adaptação, manutenção, reforma, ampliação e construção nos imóveis das unidades referenciadas;

III - pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - benefício eventual de qualquer natureza pelas unidades públicas ou referenciadas;

V - aquisição para distribuição aos beneficiários de órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.”

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos comprometemos a nos vestir dos princípios constitucionais para a correta aplicação dos recursos públicos em prol das necessidades dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social, não desviando sua finalidade, nem tampouco gerando danos ao Erário. Posto que, todo aquele que está munido de um *mínus* público, deve ser responsabilizado pelos seus atos de gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Nos Compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, responsabilizando-se por quaisquer atos que possam ser caracterizados como

improbidade administrativa ou dolosa, nos termos da referida legislação.

E, por estar assim de acordo com suas disposições, firma o presente documento, assinalando o quesito **“Li e concordo com todos os compromissos e regras descritas acima”**, neste **Termo de Responsabilidade e Compromisso**.

Secretário(a) Municipal de Assistência Social do Município de Santa Luzia Doeste-RO

Prefeito(a) Municipal do Município de Santa Luzia Doeste-RO

Nome: ELVINA ANTUNES DE OLIVEIRA ARAUJO

CPF: 42166535291

Cargo: SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data da assinatura: 18/06/2025 17:04:09

Assinatura eletrônica: 172.26.2.1_42166535291_18/06/2025 17:04:09-1361

Nome: JURANDIR DE OLIVEIRA ARAUJO

CPF: 31566219272

Cargo: PREFEITO(A)

Data da assinatura: 18/06/2025 17:24:47

Assinatura eletrônica: 172.26.2.1_31566219272_18/06/2025 17:24:47-1361